



*Média: 84*

*João*  
**Prof. Miguel Bahl**

Coordenador do Curso de Especialização  
em Planejamento e Gestão do Turismo  
UFPR - Matric. 09535

MARIA HENRIQUETA S. G. GIMENES  
MARTA YOSHIE TAKAHASHI

**EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE PARA O TURISMO**  
**Considerações sobre os cursos ministrados na Ilha do Mel em**  
**Agosto e Setembro de 1999 - Projeto Formação Profissional**  
**Agrícola/Litoral Paranaense**

CURITIBA  
1999

MARIA HENRIQUETA S. G. GIMENES  
MARTA YOSHIE TAKAHASHI

**EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE PARA O TURISMO**  
**Considerações sobre os cursos ministrados na Ilha do Mel em**  
**Agosto e Setembro de 1999 - Projeto Formação Profissional**  
**Agrícola/Litoral Paranaense**

Trabalho apresentado para a obtenção do  
Grau de Especialista em Planejamento e  
Gestão do Turismo, Curso de Especialização  
em Planejamento e Gestão do Turismo,  
Universidade Federal do Paraná.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria do Carmo B.  
Rolim

CURITIBA  
1999

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
<b>CAPÍTULO I - A Ilha do Mel</b>	
1 - Dados Gerais e Histórico da Ilha do Mel.....	04
2 - Características Sócio Ambientais.....	05
<b>CAPÍTULO II - Cursos de Qualificação Profissional/Educação Profissionalizante</b>	
1 - O Turismo e os Recursos Humanos.....	10
2 - A Educação Profissionalizante.....	12
3 - O Projeto "Formação Profissional para os Setores de Silvicultura, Pesca, Indústria de Transformação, Construção e outros serviços coletivos na região de Guaraqueçaba e Ilhas do Litoral Paranaense.....	18
<b>CAPÍTULO III - Considerações referentes aos cursos de qualificação ministrados na Ilha do Mel</b>	
1 - Metodologia.....	21
2 - Dados Obtidos.....	25
3 - Análise dos Dados Obtidos.....	32
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>37</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>38</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>40</b>

## INTRODUÇÃO

O tema Educação Profissional ou Educação Profissionalizante para o Turismo, surgiu por acreditar que o desenvolvimento turístico ocorre de maneira sustentável, ou seja, sem prejuízos sócio-culturais nem depredações do patrimônio envolvido, somente quando existe realmente um envolvimento da comunidade, tanto no que se refere ao processo de planejamento quanto no processo de gestão da atividade turística na localidade. Daí a importância da educação profissional para as comunidades envolvidas com o turismo, partindo do preceito de que a mesma busca a formação de indivíduos capazes de executar funções que supram determinadas carências de nossa sociedade.

Considerando que a educação profissionalizante contribui para o desenvolvimento pessoal e profissional do indivíduo, ao passo que oferece novas perspectivas de vida e obtenção de renda, identificamos os cursos de capacitação e qualificação profissional como uma alternativa extremamente interessante para auxiliar o desenvolvimento de comunidades mais carentes, onde o acesso educacional é limitado e ineficiente.

Em relação à Ilha do Mel, de acordo com AGUIRRE (1996), atualmente verifica-se que a mesma possui no Turismo sua principal fonte de renda e que a subsistência da maioria dos nativos é assegurada no período de alta temporada (verão), incluindo finais de semana e feriados. Em contrapartida, observa-se também que os principais investidores e empresários que atuam no setor de turismo local

são na verdade pessoas “ de fora” ( pessoas não nativas da Ilha ), pessoas estas que acabam sendo as grandes beneficiadas com fluxos turísticos por possuírem maior preparo para a gestão de seus estabelecimentos, bem como maior poder aquisitivo para a realização de investimentos.

Percebe-se então a necessidade de profissionalizar a força de trabalho local, tornando os nativos mais competitivos dentro do mercado de trabalho (comércio e serviços ) em que estão inseridos, preparando-os para atuarem de forma qualificada na prestação de serviços para o Turismo e garantindo assim uma melhor qualidade de vida para as famílias locais.

A intenção de refletir sobre os quatro cursos de qualificação profissional para o Turismo ministrados pelos professores do curso de Turismo da Universidade Federal do Paraná na Ilha do Mel, decorrente do Projeto “ Formação Profissional Agrícola / Litoral Paranaense” , viabilizado através das parcerias entre a UFPR, a SERT (Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho) e o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), condiz com a preocupação em relação à dinâmica econômica e social dessas comunidades, bem como suas futuras perspectivas de subsistência.

Nossa proposta é justamente tecer considerações sobre os cursos Qualificação em Condução Turística, Qualificação em Informações Turísticas, Qualificação em Administração de Pousadas e Qualificação em Técnicas de Atendimento para Bares, Restaurantes e Similares , identificando aspectos favoráveis e desfavoráveis, buscando-os ajustar para a realidade local a proposta do Projeto acima citado, sugerindo iniciativas que otimizem os resultados dos cursos.

O presente trabalho tem em sua construção as seguintes estruturas:

O primeiro capítulo refere-se à Ilha do Mel e suas características, local onde foram realizados os quatro cursos de qualificação profissional para o turismo, objeto de estudos deste trabalho.

No segundo capítulo são abordados as questões sobre educação profissionalizante, a formação profissional, a conceituação de capacitação e qualificação com ênfase nos cursos de qualificação profissional para Turismo, realizados nos meses de agosto e setembro de 1999.

Finalmente, no terceiro capítulo, são apresentados os resultados finais da avaliação dos cursos, após a análise das informações obtidas através de entrevistas com as pessoas envolvidas.

# CAPÍTULO 1

## A ILHA DO MEL

### 1.1. Dados Gerais e Histórico da Ilha do Mel

Os primeiros habitantes da Ilha do Mel foram os portugueses por ocasião da construção da Fortaleza, no século XVIII. Sua atividade principal sempre foi a militar, não desempenhando qualquer função econômica. Desenvolveu-se aí apenas uma economia de subsistência com destaque para a plantação de mandioca (a principal) e a pesca.

Com o advento do transporte terrestre (ferroviário e rodoviário) houve uma redução no uso do transporte por via marítima, ocasionando na perda da grande parte da função militar estratégica do Forte. Muitos elementos da administração saíram da Ilha do Mel, permanecendo lá apenas um pequeno pelotão. A população nativa que aí residia voltou-se completamente para as atividades de subsistência, assistindo a presença esporádica de veranistas.

A falta de energia elétrica e o difícil acesso à Ilha foram alguns dos motivos que levaram as pessoas a optarem por outros balneários do Estado, reduzindo o movimento de visitantes da Ilha.

Com o passar do tempo, a Ilha voltou a ser muito procurada pela presença de atrativos naturais ainda conservados e pelo seu isolamento, principalmente em temporadas de verão, feriados e finais de semana.

## **1.2. Características sócio ambientais**

A Ilha do Mel , tombada em 1953 como Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná (Lei nº 1.221/53) situa-se na Baía de Paranaguá, na região central da Costa Paranaense, possuindo um perímetro aproximado de 35km e área em torno de 2.706 ha.

A Estação Ecológica da Ilha do Mel, com uma área de 2.240,69 ha, foi criada através do decreto 5.454, de 21 de setembro de 1982 com a finalidade de proteger de maneira permanente os ecossistemas existentes na extensa planície que configura a parte norte da Ilha. Destaca-se que a área ocupada pela Estação Ecológica representa cerca de 85% da extensão total da Ilha. Existe ainda uma outra área protegida, uma reserva natural ao sul da Ilha.

O acesso à Ilha se dá pela rodovia BR 277, que liga Curitiba ao litoral do Estado, através dos municípios de Pontal do Paraná ou Paranaguá. A travessia do canal é feita através de barcos que partem do balneário de Pontal do Sul e Paranaguá , com duração aproximada de 30 min a partir de Pontal do Sul e uma hora e meia de Paranaguá. Sendo que no porto de Pontal do Sul, a entrada de visitantes é controlada pelo IAP (Instituto Ambiental do Paraná) em 5.000 pessoas, segundo a capacidade de carga realizada.

A Ilha do Mel (vide mapa anexo 1), está sob jurisdição do município de Paranaguá, sendo o IAP (Instituto Ambiental do Paraná) o responsável pela

administração e fiscalização da Ilha, com o auxílio do Batalhão da Polícia Florestal da Polícia Militar do Paraná – BPFlo / PMPR.

Em relação à ocupação humana na Ilha, verifica-se a existência de quatro povoados principais: Nova Brasília ao norte-nordeste, Farol na porção mais oriental, Forte ao norte e Encantadas ou Prainhas ao sul.

Dentre os atrativos turísticos que a Ilha possui, destacam-se : a Gruta das Encantadas, os morros (o das Conchas , o da Baleia, o do Miguel, o do Meio) , as praias (a do farol das Conchas, a Grande, a de Fora, a do Miguel, ...), o Farol das Conchas e a Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres.

Por ser uma unidade de conservação e pela presença de belíssimas praias, a Ilha do Mel possui uma forte vocação para o Ecoturismo, modalidade turística que busca um maior contato com a natureza e o patrimônio da localidade, sendo definida pela EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo) como *um segmento da atividade turística que utiliza , de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente promovendo o bem estar das populações envolvidas.*

Juntamente com a questão de conservação ambiental, uma das âncoras da atividade ecoturística é o bem estar da comunidade local, que deve ter a sua cultura preservada, obtendo também benefícios econômicos com a exploração racional de seus próprios recursos.

Segundo AGUIRRE (1996, p.20 ) , a população da Ilha se divide em cinco grupos : nativos (nascidos e criados na Ilha), “de fora” (pessoas de outros locais que

se estabeleceram na Ilha); veranistas (que possuem uma moradia no local e que passam longos períodos do ano na Ilha); excursionistas (que passam menos de 24 horas na Ilha) e os turistas (que permanecem na Ilha por um período superior a 24 horas).

A chegada da luz elétrica na Ilha em 1988 impulsionou a aquisição de bens de consumo por parte dos habitantes, bem como proporcionou um relevante crescimento da atividade turística local, aumentando substancialmente o fluxo de visitantes recebido. A possibilidade de maior conforto canalizou o interesse daqueles que pretendiam ter uma casa no litoral ou ainda fixar-se na Ilha do Mel para exercer alguma atividade remunerada, aumentando a população dos “de fora” na localidade, gerando uma convivência nem sempre “amena” com os nativos, que em sua maioria se consideravam “invadidos”.

Segundo SEMA/IAP (Secretaria Estadual de Meio Ambiente / Instituto Ambiental do Paraná), os nativos e os “de fora” são separados por diferenças marcantes, principalmente no que diz respeito ao nível de escolaridade (observamos aqui que, segundo ATHAYDE (1995), apesar da maior parte dos nativos terem cursado até a quarta série primária, poucos conseguem ler e escrever de maneira satisfatória, principalmente por deficiências de ensino ou pela falta de utilização dessas manifestações da linguagem) , renda média e expectativa de vida, diferenças estas que, privilegiando abertamente os grupo “de fora”, acabam refletidas nas atividades econômicas desenvolvidas pela população.

Segundo ATHAYDE (1995) , foram identificadas 10 categorias de ocupação para os habitantes da Ilha : comerciante, funcionário do comércio , funcionário público , barqueiro, serviço de carretos, operário de obras, pescador, aposentado, do lar e pensionista. Em virtude das diferenças sociais existentes entre o grupo dos nativos e do pessoal de fora, estas ocupações são aqui separadas para estes dois segmentos sociais. Destaca-se o fato de várias pessoas (principalmente nativos) encaixarem-se em mais de uma atividade. Por exemplo, existem donos de comércio que são aposentados ou que também praticam pesca.

Segundo informações obtidas junto a Associação de Moradores da Ilha, o Turismo é a principal atividade econômica local (incluindo-se bares, pousadas, restaurantes, campings, mercados e locadores de casas ou de carretos) e também a atividade que concentra a força de trabalho da maioria da população, considerando-se proprietários e funcionários. Existe ainda a atividade dos barqueiros, trabalhadores assalariados da empresa que faz a travessia Pontal do Sul - Ilha do Mel e também barqueiros autônomos que realizam a travessia e passeios turísticos. A atividade pesqueira como fonte exclusiva de renda está praticamente em vias de extinção, sendo que a pesca é realizada paralelamente com outras atividades, agindo como uma complementação de renda.

Observa-se ainda que o grupo "de fora" é justamente quem consegue extrair maiores benefícios da atividade turística, justamente por possuir maior preparo para a administração e gerenciamento de seus estabelecimentos. Segundo AGUIRRE (1996, p. 24) , *esta tendência é crescente pois os nativos atualmente não possuem*

*condições de se superar, por razões culturais, sociais e econômicas. A falta de união entre a comunidade, ou seja pessoas de fora e os nativos também tende a continuar.*

A mesma autora destaca ainda a falta de treinamento dos nativos quanto ao turismo, bem como o fato de que a maioria dos funcionários dos estabelecimentos turísticos são "de fora", por serem considerados pelos empresários como pessoas com maior grau de instrução e com "vontade de trabalhar". Em relação à origem dos próprios empresários, a autora observa ainda que, entre pousadas, bares e restaurantes aproximadamente 70% são pessoas "de fora", enquanto que nos campings, que são estabelecimentos que exigem menor infra estrutura, a maioria é de propriedade de nativos.

Estes dados confirmam as informações que apontam que as pessoas "de fora" são mais privilegiadas em termos de recursos financeiros para realizar investimentos, assim como em termos de grau de instrução, quadro este que, segundo AGUIRRE (1996), tende a persistir tendo em vista que *não há programas específicos para o desenvolvimento e treinamento dos nativos quanto ao turismo.*

Na tentativa de reverter esta situação, foram desenvolvidos cursos de qualificação na área de Turismo com o objetivo maior de suprir as carências profissionais dos nativos, conseguindo desta forma, a redução dos contrastes sociais da comunidade.

## CAPÍTULO 2

### Cursos de Qualificação Profissional / educação profissionalizante

#### 2.1 O Turismo e recursos humanos

A questão da falta de recursos humanos qualificados para o Turismo não é um problema específico da Ilha do Mel, o que acaba por prejudicar a prestação de serviços turísticos em várias localidades. RUSCHMANN (1997, p. 98) indica que este é um problema generalizado nos países em desenvolvimento, tendo em vista que a educação é de baixa qualidade e a maioria da população não possui conhecimentos de nível primário, o que acaba afetando o setor turístico, mesmo que o treinamento requerido na maioria dos postos de trabalho seja curto .

Segundo a mesma autora, geralmente essa " falta de aptidões " vem acompanhada por atitudes agressivas ou de aversão por parte dos autóctones em relação aos turistas e a certas atividades ou ocupações relacionadas com o Turismo, tendo em vista que *Prestar serviços muitas vezes é uma ocupação confundida com servilismo, o que, nos países do Terceiro Mundo, provoca a associação com o escravismo* ; concepção que deve ser modificada com a *demonstração da importância da qualidade da prestação de um serviço digno, a altura do preço pago pelo turista, e da conscientização de atitudes positivas em relação à atividade turística, apesar do constante contraste entre o luxo oferecido e exigido pelo turista e as condições de vida precárias da população* .

Para alcançar uma transformação positiva em relação a essas concepções errôneas que acabam por travar o desenvolvimento do Turismo em algumas localidades, o processo de conscientização e envolvimento da comunidade para a atividade turística é citado por vários autores ( a própria Doris Ruschmann, Margarita Barreto, Mário Beni, entre outros) como a melhor alternativa existente. Entretanto, para alcançar o propósito de tornar o Turismo uma fonte de bem estar para a população (como estabelece o conceito de Ecoturismo proposto pela EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo), a partir das características sócio-econômicas da comunidade envolvida cria-se também a necessidade de fomentar e viabilizar a capacitação e qualificação pessoal e profissional dos autóctones, tornando-os sujeitos ativos dentro do mercado de trabalho em que estão inseridos.

Segundo BOOG (1980), o processo de Capacitação se traduz em efetuar mudanças de comportamento do homem através da aquisição de habilidades relacionadas à sua tarefa; enquanto a Qualificação é uma etapa posterior, sendo um processo de crescimento integral do homem, a expansão de sua habilidade de utilizar totalmente as suas capacidades e aplicar seu conhecimento e experiência para a solução ou resolução de novas e diferentes situações. Desta forma a expressão Formação Profissional é um conceito mais abrangente, envolvendo a ampliação das capacidades e habilidades acima citadas para a obtenção de sucesso no campo profissional. Alguns autores defendem a adoção deste conceito mais amplo, segundo SILVA (1998), justificando sua posição em virtude das denominadas transformações do final do século:

“As rápidas e crescentes inovações tecnológicas incidem basicamente nos processos de produção, o que implica a necessidade de um conceito mais abrangente de formação profissional, orientando-a para o trabalho produtivo como um todo, pois nem sempre os problemas surgidos decorrem do fator humano, mas sim dos processos em uso. {...} Dai fortalecer-se o princípio de que a formação profissional não deve cingir-se somente aos clássicos objetivos de suprir necessidades de mão-de-obra qualificada, observando, desde logo, os novos perfis desejados, caracterizados anteriormente; a formação profissional deve ampliar o seu campo de atuação, sempre com a preocupação centrada no Homem, privilegiando ainda: a participação ativa no campo das pesquisas; a assistência tecnológica, incluindo a transferência de novas tecnologias; o desenvolvimento de tecnologias próprias; a prestação de serviços. ( A educação básica Pós-LDB )

## **2.2 A educação profissionalizante**

O processo de Formação Profissional é viabilizado através de programas educacionais direcionados para as habilidades que devem ser desenvolvidas para uma melhor atuação em termos profissionais. Essa educação com fins específicos é denominada Educação Profissional ou Educação Profissionalizante e busca formar indivíduos capazes de executar funções que supram determinadas carências de nossa sociedade. A partir da vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394 /96 – a educação profissional, em nível nacional, foi objeto de regulamentação, pela União, através do Ministério da Educação e do Desporto e do Conselho Nacional de Educação.

O artigo 39, regulamentado pelo Decreto Federal nº 2.208, 17 de abril de 1997, “diz que a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

O parágrafo único do referido artigo estabelece que o aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.”

Segundo o artigo 40, “a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.”

Os objetivos da educação profissional, de acordo com o Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997, são:

I – promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas;

II – proporcionar a formação de profissionais, atos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação;

III – especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos;

IV – qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho na exercício do trabalho.”

De acordo com o parecer da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação – CNE / CEB nº 17 / 97, 3 de dezembro de 1997, “ pela primeira vez, consta em uma lei geral da educação brasileira um capítulo específico

sobre educação profissional. Refletindo uma concepção moderna e ampla, preceitua que a educação profissional integre-se e articule-se às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia e conduza ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Preconiza a oferta de educação profissional a jovens e adultos, trabalhadores em geral, tendo como referência a educação regular – ensino fundamental, médio e superior – ou, de forma mais livre e circunstancialmente necessária, sem qualquer condicionamento em relação à escolaridade.”

A partir da vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394 /96 – a educação profissional, em nível nacional, foi objeto de regulamentação, pela União, através do Ministério da Educação e do Desporto e do Conselho Nacional de Educação.

O artigo 39, regulamentado pelo Decreto Federal nº 2.208, 17 de abril de 1997, “diz que a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.”

Segundo o artigo 40, “a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.”

Os objetivos da educação profissional, de acordo com o Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997, são:

I – promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas;

II – proporcionar a formação de profissionais, atos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação;

III – especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos;

IV – qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho na exercício do trabalho.”

De acordo com o parecer da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação – CNE / CEB nº 17 / 97, 3 de dezembro de 1997, “ pela primeira vez, consta em uma lei geral da educação brasileira um capítulo específico sobre educação profissional. Refletindo uma concepção moderna e ampla, preceitua que a educação profissional integre-se e articule-se às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia e conduza ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Preconiza a oferta de educação profissional a jovens e adultos, trabalhadores em geral, tendo como referência a educação regular – ensino fundamental, médio e superior – ou, de forma mais livre e

circunstancialmente necessária, sem qualquer condicionamento em relação à escolaridade.”

Segundo PINTO (1991), a educação é o processo através do qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses. Dessa forma, a educação é o processo pelo qual a sociedade atua constantemente sobre o desenvolvimento do ser humano, tentando integrá-lo no modo de ser social vigente e também no modo de buscar os fins coletivos.

Dentro desse processo de formar "para a sociedade", a Educação busca desenvolver no indivíduo representações mentais da realidade exterior, do mundo e também representação mental de si mesmo, enquanto sujeito de sua existência e de seus relacionamentos com outros indivíduos.

No caso da Educação para Formação Profissional, principalmente na área de Turismo, observamos que o público alvo (ou alunos potenciais) é na sua grande maioria composto por adultos que buscam, muitas vezes, um reposicionamento no mercado de trabalho. Dessa forma, verifica-se que tais alunos possuem necessidades e expectativas bastante diferenciadas, bem como dificuldades e facilidades de aprendizagem bastante específicas, principalmente nas comunidades mais carentes.

Segundo RAMIREZ (1995), o adulto é o membro da sociedade ao qual cabe a produção social, a direção da sociedade e a reprodução da espécie; é o homem na fase mais rica de sua existência, mais plena de possibilidades. Em um raciocínio bastante semelhante, MALGLAIVE (1991) considera que, por já possuir um

entendimento próprio do mundo e atuar em prol de seu sustento em uma rotina muitas vezes cansativa, o adulto precisa de um método de ensino que considere as questões " A quem educar ? Quem educa ? Com que objetivos ? Através de que meios ? " dentro das especificidades de comportamento e disponibilidade de estudo, maneira a seduzi-lo a aprender e apreender novas perspectivas.

PINTO ainda chama a atenção para uma tentação bastante comum entre os educadores de adultos : a de infantilizá-lo. Para evitar ações como esta, segundo o pensamento do autor o educador de adultos tem que admitir sempre que os indivíduos com os quais atua são homens normais e realmente cidadãos livres. O estado de ignorância relativa no qual se encontra é um índice social. Revela apenas as condições exteriores da existência humana e os efeitos destas circunstâncias sobre o ser do homem. Não significa que se trate de indivíduos mal dotados, de preguiçosos, de rebeldes aos estímulos coletivos, em suma, de atrasados.

De acordo com o mesmo autor, quando se trata de cursos de capacitação e outras modalidades de educação profissionalizante, alguns aspectos como linguagem adequada, material de apoio disponível ao aluno, conteúdos com utilidade prática e ainda um relacionamento democrático entre professores e alunos devem ser observados com atenção no intuito de assegurar a validade do processo.

A partir da íntima relação que envolve a falta de recursos humanos qualificados e as possibilidades da educação profissionalizante como solução para este problema, e buscando oferecer alternativas de desenvolvimento pessoal e profissional para os autóctones, foram realizados na Ilha do Mel (mais

especificadamente no povoado de Brasília) cursos de Qualificação Profissional para o Turismo no período de Agosto e Setembro do ano de 1999.

### **2.3 O Projeto "Formação Profissional para os Setores de Silvicultura, Pesca, Indústria de Transformação, Construção e outros serviços coletivos na região de Guaraqueçaba e Ilhas do Litoral Paranaense"**

O Projeto "Formação profissional para os setores de silvicultura, pesca, indústria de transformação, construção e outros serviços coletivos na região de Guaraqueçaba e Ilhas do Litoral Paranaense" também denominado "Formação Profissional Agrícola / Litoral Paranaense", é uma parceria entre a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (SERT), que recebe recursos provenientes do Ministério do Trabalho através do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Outros programas financiados pelos recursos oriundos do FAT são: o Plano Nacional de Educação Profissional (PLANFOR), os Planos Estaduais de Qualificação (PEQ's), o Programa de Educação para a Competitividade (PROEDUC), entre outros.

O projeto Formação Profissional Agrícola / Litoral Paranaense tem como principal objetivo oferecer às comunidades litorâneas a oportunidade de formação e qualificação profissional através de cursos gratuitos (incluindo material de apoio,

como apostilas individuais) em diversas áreas de atuação (Turismo, Engenharia Civil, manipulação de alimentos, etc...).

No caso específico da Ilha do Mel, os temas dos cursos foram sugeridos pela própria comunidade à Associação de Moradores do povoado de Brasília, ao Conselho Gestor da Ilha e à Prefeitura Municipal de Paranaguá, a fim de que a mesma obtenha subsídios para tornar-se auto suficiente no que tange a suas necessidades de trabalho (manutenção de máquinas, atendimento ao turista, noções de construção civil, entre outras).

A Universidade Federal do Paraná (UFPR) foi designada como responsável pela execução e coordenação do projeto na Ilha, fazendo a intermediação entre os professores dos cursos e a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (SERT).

A coordenação do projeto levou ao conhecimento dos professores do curso de Turismo o interesse da comunidade do povoado de Brasília em obter informações referentes a alguns aspectos que englobam a atividade turística. As propostas dos cursos foram elaborados pelos professores responsáveis pelos temas sugeridos e apresentadas à coordenação do Projeto, com a sua devida aprovação.

O objeto de estudo deste trabalho é justamente o conjunto formado pelos quatro cursos ministrados na área de Turismo na Ilha do Mel, cujas características estão esquematizadas no quadro que segue na próxima página.

<u>Nome do Curso</u>	<u>carga horária</u>	<u>vagas</u>	<u>período</u>	
Qualificação em Condução Turística	24horas aula	20 vagas	31/08 03/09	a
Qualificação em Informações Turísticas	24horas aula	20 vagas	14/09 17/09	a
Qualificação em Administração de Pousadas	24horas aula	30 vagas	14/09 17/09	a
Qualificação em Técnicas de Atendimento para Bares, Restaurantes e Similares	24horas aula	30 vagas	20/09 24/09	a

Com o intuito de divulgar e captar interessados para os cursos de qualificação, a coordenação do Projeto fez as primeiras articulações com a Associação dos Moradores da Ilha do Mel e com a responsável pelas aulas de supletivo do 1º grau e também representante do IAP (Instituto Ambiental do Paraná) local. A divulgação e a inscrição para os cursos ficou ao encargo dos mesmos.

Os cursos foram ministrados no mesmo local onde são realizadas normalmente as aulas de supletivo para a comunidade, ou seja, na casa mantida pela Universidade Federal do Paraná.

## **CAPÍTULO 3**

### **Considerações referentes aos cursos de qualificação ministrados na Ilha do Mel**

Nesta avaliação procurou-se coletar as informações de todos os elementos envolvidos com os cursos de qualificação para o Turismo para que os resultados fossem os mais abrangentes possíveis.

#### **3.1. Metodologia**

##### **3.1.1. Tipo de Pesquisa realizada**

Realizou-se, em primeira instância, uma pesquisa exploratória para a verificação da viabilidade do tema, seguida por uma Pesquisa Bibliográfica (características da Ilha do Mel, relações comunidades autóctones e turistas, educação profissionalizante, educação para adultos,...) e entrevistas (alunos dos cursos, instrutores, representantes da comunidade da Ilha do Mel e a coordenação do Projeto Formação Agrícola / Litoral Paranaense).

##### **3.1.2. Universo / Amostragem**

###### **Estudo de caso**

Por se tratar de um estudo de caso, concentrou-se o interesse nas pessoas-chaves envolvidas no processo: professores que ministraram os cursos.

coordenação do projeto, alunos dos cursos e representantes da comunidade da Ilha do Mel .

Sendo assim, a pesquisa foi baseada nas entrevistas feitas com os quatro professores instrutores, com a professora coordenadora do projeto, com um representantes da Associação de Moradores, com o funcionário do IAP (Instituto Ambiental do Paraná - órgão responsável pela gestão e administração da Ilha do Mel), com a Professora responsável pelo supletivo Primeiro Grau do povoado de Brasília (que colaborou com a divulgação e operacionalização do cursos), com 10 alunos desistentes e ainda entrevistas com 10 alunos do Projeto (uma amostra um pouco superior a 20% do número total de inscritos em todos os cursos, 38). Esta amostra de 10 entrevistados foi definida em função da repetição de dados verificada durante as entrevistas.

### **3.1.3. Coleta de Dados**

Realizou-se entrevistas com os professores que ministraram o curso, com a coordenadora geral do projeto, com representantes da Ilha do Mel, com os alunos desistentes e com alunos que fizeram os cursos, seguindo a amostragem já comentada no item anterior.

### **3.1.4. Construção do instrumento de coleta de dados**

#### **3.1.4.1. Roteiro da entrevista aos instrutores dos cursos:**

Pretendeu-se identificar os possíveis problemas encontrados durante a realização dos cursos, segundo os pareceres dos professores.

- a) formação profissional:
- b) dificuldades encontradas durante os cursos quanto a:
  - estrutura física:
  - comunicação com a turma:
  - carga horária / horário das aulas:
  - comprometimento do aluno:
  - envolvimento da comunidade com o projeto (em termos de apoio e divulgação):
  - outros aspectos que deseja citar:
- c) Pontos positivos que merecem ser ressaltados:
- d) Comente a validade dos resultados obtidos:
- e) O que deve ser melhorado ? Quais são as sugestões para que isso aconteça ?

#### **3.1.4.2. Roteiro da entrevista à coordenação do projeto:**

Buscou-se saber informações quanto a natureza e operacionalização dos cursos.

- a) A origem da idéia do projeto:
- b) Parceiros envolvidos e suas funções:
- c) Quais são os objetivos do Projeto ?

- d) Como foram as articulações com a comunidade ?
- e) Serão oferecidos cursos de requalificação dentro dos temas já ministrados?
- f) Como foi realizada a seleção dos instrutores ?
- g) Quais foram os critérios para a escolha dos cursos ?
- h) Como foi feita a divulgação dos cursos na Ilha ?
- i) Quais foram as dificuldades encontradas em relação a operacionalização dos cursos ?
- j) Aspectos positivos que merecem ser destacados:
- k) Balanço final dos cursos ministrados na Ilha do Mel:

#### **3.1.4.3. Roteiro da entrevista aos representantes da comunidade**

Pretendeu-se avaliar o grau de envolvimento da comunidade com relação ao Projeto.

- a) Houve envolvimento da comunidade em relação ao Projeto ?
- b) Qual a participação da comunidade em relação ao Projeto ?
- c) Os cursos obtiveram boa aceitação? Cumpriram as expectativas ?
- d) Sugestões:

#### **3.1.4.4. Roteiro da entrevista aos alunos dos cursos**

Objetivou-se identificar os aspectos positivos e negativos e os resultados obtidos com os cursos.

- a) idade / profissão:
- b) De quantos cursos você participou ?
- c) Quais os motivos que o levaram a fazer o curso ?
- d) O que você esperava do Curso ?
- e) O curso contribuiu para o seu trabalho ? Como ?
- f) O que você achou:
  - da carga horária / horário das aulas
  - do material / apostila
  - do desempenho do professor
  - do conteúdo do curso
- g) Você acha que o curso valeu a pena ?
- h) Você acha necessário a aplicação de outros cursos para aprofundar seus conhecimentos ? Você faria ?
- i) Como você acha que o curso pode se tornar melhor ?
- j) Dificuldades encontradas

#### **3.1.4.4. Pergunta para os alunos desistentes dos cursos ofertados**

Buscou-se descobrir qual o motivo de desistência dos cursos.

- Quais os motivos que o levaram a desistir do curso ?

## **3.2. Dados obtidos:**

### **3.2.1. Alunos**

Foram entrevistados, seguindo o roteiro proposto no item 3.4.4, dez pessoas que participaram do Projeto como alunos, dos quais quatro freqüentaram os quatro cursos ministrados. Os alunos entrevistados são moradores de diferentes povoados, permitindo uma avaliação abrangente com diferentes pontos de vista. Em relação aos dados obtidos verificou-se que a principal motivação que os levou a fazer o curso foi justamente o fato de estarem trabalhando em contato com o turista, além de outros interesses mais específicos, tais como aperfeiçoar o conhecimento, atender melhor o visitante e fornecer informações turísticas.

Quanto ao atendimento das expectativas iniciais em relação aos cursos, todos afirmaram que os objetivos foram atingidos. Em relação à contribuição dos cursos para o trabalho/emprego, todos concordaram que passaram a utilizar os conhecimentos adquiridos e obtiveram melhores resultados em suas respectivas atividades (um aluno entrevistado afirma ainda que "já ganhou dinheiro com os cursos").

Foi unânime a colocação de que os cursos deveriam ocorrer no inverno, baixa temporada, que a carga horária foi intensa demais e que os cursos ocorreram seguidamente, o que dificultou a assiduidade dos alunos. O período apontado como ideal é o noturno. As apostilas foram consideradas de fácil compreensão e com um bom conteúdo. O desempenho dos professores foi considerado muito bom por todos os entrevistados, assim como o conteúdo do curso.

Todos os entrevistados consideraram que valeu a pena participar de tais cursos, assim como afirmaram a possibilidade de frequentar outros cursos de aperfeiçoamento e reciclagem, dando continuidade aos cursos já ofertados.

Foram citadas como sugestões para a melhoria dos cursos aulas práticas e utilização de recursos audio-visuais, como fitas de vídeo e ainda o interesse em outros cursos tais como *barman*, construção civil, consertos de aparelhos eletrônicos e mecânica de barcos. Sobre as dificuldades encontradas durante o curso, não houveram citações.

### **3.2.2. Representantes da comunidade**

Em relação aos representantes da comunidade da Ilha do Mel, foram entrevistadas três pessoas (representante do IAP na Ilha do Mel , segundo secretário da Associação dos Moradores e a professora responsável pelo Supletivo do povoado de Brasília).

Os entrevistados afirmaram que houve envolvimento da comunidade local em relação ao Projeto e que participaram da divulgação, direcionada basicamente aos alunos do supletivo. Concordam que os cursos tiveram uma boa aceitação e acreditam que poderia ser melhor, caso os mesmos ocorressem nos meses de junho, julho e primeira quinzena de agosto, ou seja , na baixa temporada.

O representante da Associação de Moradores da Ilha citou que os temas dos cursos já vieram definidos, sem que houvesse um envolvimento da comunidade na

escolha destes. Entretanto, o entrevistado afirmou que os temas eram pertinentes à realidade da Ilha.

Sugeriram que a carga horária dos cursos fosse mais leve e que os mesmos ocorressem de maneira intercalada. E que ainda fossem realizados cursos com os temas: educação ambiental, turismo, mecânica, elétrica, instalação, pintura e conserto de eletrodomésticos.

### **3.2.3. Instrutores do Curso**

Foram entrevistados os quatro instrutores dos cursos em questão, sendo que todos são bacharéis em Turismo e atuam como professores no curso de graduação em Turismo da Universidade Federal do Paraná.

Em termos de dificuldades encontradas, verificou-se que a infra-estrutura utilizada (sede do Clube da Mulher do Campo, uma casa de madeira atualmente sob os cuidados da Universidade) foi considerada inadequada por todos os entrevistados (acomodação, ventilação, capacidade da sala, quadro negro em péssimas condições, iluminação); sobre a comunicação com a turma esta foi considerada boa, embora os alunos fossem considerados de baixo grau de instrução e capacidade de concentração. Outra dificuldade apontada é o elevado índice de desistência ocorrido durante os cursos, o que reduziu o número de atendidos pela proposta.

Quanto a carga horária e o horário das aulas, um instrutor declarou que estas foram suficientes para seu módulo, dois disseram que o ritmo foi bastante intenso ("puxado", nas palavras dos entrevistados) e um instrutor afirmou ainda que a carga horária foi insuficiente para o módulo por ele ministrado.

Os alunos foram considerados pela maioria dos instrutores como pouco comprometidos com as aulas e o envolvimento da comunidade em termos de apoio e divulgação foi considerado fraco.

Foi citado por um dos instrutores que o programa deveria ter continuidade buscando unir atividades práticas com as teóricas. Sobre os pontos positivos que foram considerados de destaque, a maioria dos entrevistados citou o interesse e a dedicação de alguns alunos e a aproximação da Universidade com a realidade da comunidade, trabalhando a questão da Extensão Universitária.

Citando a validade dos resultados obtidos nas palavras dos próprios entrevistados: "Acredito que foi um primeiro e pequeno passo para uma conscientização turística na Ilha do Mel"; "Os resultados só poderão ser avaliados quando os alunos estiverem atuando como profissionais para os quais foram qualificados"; " É uma troca bastante interessante para ambos (alunos e professores) quando o aluno é trabalhado em sua base e é percebida a rápida absorção pelos alunos. O interesse em relacionar de maneira pragmática o conteúdo, com os problemas encontrados naquela comunidade, também é algo que instiga-nos a participar de maneira mais interativa do processo ensino aprendizagem"; "é interessante para uma pessoa que está acostumada a discutir as

questões teóricas do Turismo tomar contato com a realidade de uma destinação como a Ilha do Mel; da mesma forma que é interessante verificar o interesse , mesmo sendo de poucos, em buscar alternativas para crescer pessoal e profissionalmente ".

Para uma otimização dos cursos, segundo a opinião dos instrutores, a divulgação dos mesmos deve ser trabalhada dentro da comunidade (preferencialmente tal divulgação deverá ficar ao encargo de uma pessoa); deve-se conscientizar a comunidade sobre a real importância dos cursos; cadastrar os alunos no ato da matrícula; desenvolver um maior comprometimento dos alunos e dos representantes da comunidade, e proporcionar apoio aos professores quanto à estrutura física e equipamentos , além de promover uma readequação da proposta dos cursos.

#### **3.2.4. Alunos desistentes**

A grande maioria dos alunos desistentes justificou o abandono dos cursos devido a época escolhida (final de agosto e o mês de setembro), considerada por eles, um período no qual as pessoas estão se preparando para a temporada de verão. Consideraram a carga horária de 4 horas muito "puxada" e sugeriram que a mesma poderia ser estendida por mais dias e até nos finais de semana, contanto que fosse baixa temporada.

Outro problema citado pelos alunos foi o período de aula dos cursos: alguns ocorreram durante o dia, o que acabou dificultando a ida daqueles que trabalhavam neste período.

Muitos dos alunos não sabiam que estavam matriculados em mais de um curso, o que acarretou em um grande número de faltas. Isto se deve ao fato de que a maioria dos alunos do supletivo teve a inscrição feita, pela própria professora do supletivo, para os quatro cursos ofertados para a área de Turismo, sem que lhes fossem comunicado. Observaram também que as palestras informativas dadas antes de cada curso foi pouco esclarecedora. Sugeriram para os próximos cursos as inscrições sejam feitas pelos professores da UFPR, após as palestras sobre os cursos.

### **3.2.5. Coordenação do projeto**

De acordo com a coordenadora, o projeto originou-se a partir da procura dos trabalhadores de algumas cidades litorâneas por cursos de qualificação em diversas áreas, no intuito de se reposicionarem no mercado de trabalho. Geralmente os pedidos vinham via SINE (Sistema Nacional de Emprego) ou via prefeitura através da Secretaria de Ação Social e encaminhados à SERT (Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho), que viu na Universidade a parceria ideal para a execução de um projeto de qualificação profissional.

A coordenadora fez um balanço dos cursos realizados até então e detectou alguns problemas na operacionalização dos mesmos. Devido à liberação tardia da verba destinada à realização dos cursos de qualificação, houve um atraso no calendário das aulas que deveria acontecer no primeiro semestre. O fato das aulas terem sido ministradas durante os meses de agosto e setembro acarretou no alto número de desistentes nos cursos da Ilha. Além disso, a carga horária foi considerada “pesada” para os alunos e sugeriu-se que esta seja diluída em mais dias. Comentou ainda que segundo o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), os cursos de qualificação deveriam ter carga horária superior a 24 horas (passaria a ter 30 horas), cada aluno não poderia fazer mais de 2 cursos e o número de vagas poderia ser reduzido, a fim de evitar que haja mais vagas que alunos inscritos. Havendo continuidade do projeto, os próximos cursos poderão sofrer algumas adaptações em função das exigências do FAT.

A coordenadora acredita que a divulgação dos cursos não ocorreu de maneira efetiva, comprometendo as inscrições de alunos potenciais pela falta de informações. Os resultados finais foram considerados bastante satisfatórios visto que a comunidade foi conscientizada do valor de sua força de trabalho e das vantagens de se ter conhecimento.

### **3.3. Análise dos dados obtidos**

Em linhas gerais, os cursos tiveram boa aceitação, cumprindo com os objetivos propostos e indo de encontro com as expectativas iniciais dos alunos, o

que poderá contribuir para a continuidade do projeto, no sentido em que estes cursos poderão ser repetidos e também complementados através de cursos de reciclagem.

Porém, ao longo dos cursos, foram detectados alguns problemas, entre eles o da inadequação da infra-estrutura física do local onde foram ministradas as aulas. Nota-se aqui que os alunos, por freqüentarem o ensino supletivo no mesmo local se declararam acostumados com tal ambiente, em contrapartida às queixas formuladas pelos instrutores, que julgaram o espaço físico desfavorável ao bom andamento das aulas.

O elevado número de desistência foi decorrente de uma série de fatores, entre os quais observa-se divulgação deficiente e seletiva ("grande divulgação para um pequeno grupo" nas palavras de um dos instrutores, tendo em vista que a divulgação foi feita basicamente aos alunos do supletivo); carga horária sobrecarregada (necessidade de cumprir 24 horas/aula em uma semana) ; aulas no período diurno (impede o comparecimento daqueles que trabalham durante o dia); alunos inscritos em todos os quatro cursos sem o conhecimento dos mesmos; concentração dos cursos nos meses de Agosto e Setembro , quatro cursos sendo ministrados em um espaço de 4 semanas (sendo que dois deles foram simultâneos) e realização dos cursos no período em que se iniciam os preparativos por parte dos estabelecimentos afins para a alta temporada. Para solucionar tais problemas será preciso repensar a estrutura dos cursos, levando em conta todos os itens acima mencionados, adaptando-os coerentemente com a realidade.

Foi levantada a questão da importância da conscientização dos alunos em relação aos cursos, tendo em vista que este trabalho busca um maior comprometimento por parte da comunidade em geral e de maneira específica dos alunos em relação ao projeto.

Comentou-se da possibilidade de que os próximos cursos de qualificação sofram algumas alterações referentes à carga horária (poderá ser ampliada para 30 horas) e quanto ao número de vagas a serem ofertadas, que possivelmente será reduzido. Estas modificações poderão otimizar os resultados das aulas visto que alguns instrutores e a maioria dos alunos consideraram a carga horária atual “puxada”, prejudicando o rendimento das aulas. Com a redução do número de vagas, busca-se que somente as pessoas realmente interessadas procurem se inscrever nos cursos.

A continuidade do Projeto foi sugerida pelos instrutores com apoio dos alunos, sendo que estes demonstraram muito interesse em participar de novos cursos e até mesmo de aulas de reciclagem do que já foi visto.

Para a Universidade é primordial a aproximação com a realidade da comunidade, através da Extensão Universitária, podendo contribuir com a solução de alguns problemas sociais e econômicos, através da formação contínua do indivíduo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação dos cursos ministrados na Ilha do Mel em agosto e setembro de 1999 - *Projeto Formação Profissional Agrícola / Litoral Paranaense* confirma a importância da capacitação e qualificação como possíveis soluções às diferenças sociais, ocasionadas pela má distribuição de renda e baixo índice de escolaridade

Os cursos de qualificação vem de encontro às necessidades da comunidade nativa da Ilha do Mel, que atualmente se encontra despreparada profissionalmente para atender às exigências de uma atividade que tem na qualidade de serviços e de seus recursos, a sua sustentabilidade econômica: o Turismo.

A boa receptividade dos cursos comprovou a aprovação do projeto pela comunidade, porém segundo a opinião dos entrevistados, foram identificados algumas ações que podem ser revistas e aperfeiçoadas, otimizando os resultados finais. Destacou-se alguns pontos como: a carga horária, poderá ser até maior que a atual, porém deverá ser estendida por um período mais amplo ( inclusive nos finais de semana na baixa temporada ); o período mais indicado é o noturno; o espaço físico das aulas deverá ser readequado, colaborando para um maior rendimento dos instrutores e alunos; os cursos deverão ocorrer de forma intercalada e por fim, talvez um dos itens mais importantes, deve-se buscar um maior envolvimento da comunidade para que esta entenda a importância da qualificação profissional e dos seus benefícios.

Os resultados obtidos com este trabalho mostram a validade de iniciativas como a do Projeto em questão. A participação da comunidade no processo de desenvolvimento turístico só conseguirá ser efetiva, questionadora e decisória quando a mesma possuir subsídios que permitam desenvolver uma visão mais abrangente, crítica e profissional da atividade turística, possibilitando desta forma que os próprios autóctones (nativos), baseados em suas próprias necessidades e anseios possam conduzir adequadamente o desenvolvimento turístico local. Tais subsídios são frutos de um processo de conscientização para o turismo bem como de outras iniciativas igualmente essenciais, tais como a educação profissionalizante, através dos seus cursos de qualificação profissional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIRRE, Loreta. B. L. Plano de desenvolvimento ecoturístico da Ilha do Mel . Curitiba, 1996.

ATHAYDE, S. F. Áreas naturais protegidas e comunidades locais da Ilha do Mel PR - Brasil . Curitiba, 1995.

BOOG, Gustavo G. Desenvolvimento de recursos humanos : Investimento com retorno ? São Paulo : McGraw-Hill, 1980.

EMBRATUR/IBAMA . Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo . Brasília, 1994.

MALGLAIVE, Gerard . Ensinar adultos . Portugal: Porto Editora, 1995.

PINTO, Álvaro Vieira. Sete lições sobre educação de adultos . São Paulo: Cortez Editora, 1991.

RAMIREZ, Maria S. Métodos de educação de adultos . Edições Loyola, 1975.

RUSCHMANN, Dóris. Turismo e planejamento sustentável . São Paulo: Papirus, 1997.

## BIBLIOGRAFIA

AGUIRRE, Loreta B. L. Plano de desenvolvimento ecoturístico da Ilha do Mel. Curitiba, 1996.

ANDRADE, Antonio C. Coordenação de educação formal com a capacitação para o trabalho em países da América Latina. São Paulo, 1977.

ATHAYDE, S. F. Áreas naturais protegidas e comunidades locais da Ilha do Mel PR - Brasil. Curitiba, 1995.

BARRETO, Margarita. Planejamento e organização em turismo. São Paulo: Papyrus, 1996.

BENI, Mário C. Análise estrutural do turismo . São Paulo: SENAC, 1996.

BOOG, Gustavo G. Desenvolvimento de recursos humanos : investimentos com retorno. São Paulo : McGraw Hill, 1980.

EMBRATUR/IBAMA. Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo. Brasília, 1994.

FONTES, Lauro Barreto. Manual do treinamento na empresa moderna .São Paulo : Atlas, 1980.

LAGE, Beatriz , MILONE, Paulo. Economia do turismo. São Paulo: Papyrus, 1996.

LEIGHBODY, Gerald B. Métodos para o ensino profissionalizante. São Paulo : E.P.U., 1977.

LUCENA, Maria Diva. Planejamento de recursos humanos. São Paulo : Atlas, 1995.

MACIAN, Leda M. Treinamento e desenvolvimento de recursos humanos. São Paulo : E.P.U.,1987.

MAGER, Robert F. O planejamento do ensino profissional. Porto Alegre: Globo, 1976.

MALGLAIVE, Gerard. Ensinar adultos. Portugal: Porto Editora, 1995.

PINTO, Álvaro Vieira. Sete lições sobre a educação de adultos. São Paulo: Cortez , 1991.

RAMÍREZ, Maria S. Métodos de educação de adultos . São Paulo: Loyola, 1975.

RUSCHMANN, Dóris. Turismo e planejamento sustentável. São Paulo: Papyrus, 1997.

SILVA, Eurides B. A educação básica pós-LDB. São Paulo: Pioneira, 1998.

SOARES, C.R. e LANA, P.C. Baía de Paranaguá : mapas e história. Curitiba: UFPR, 1994.

TRIGO, Luiz G. A Sociedade pós industrial e o profissional em turismo. São Paulo: Papyrus, 1998.

#### Consultas na Internet

[www.pr.gov.br/sert](http://www.pr.gov.br/sert)

10 e 11 de Janeiro de 2000

[www.emprego.sp.gov.br/](http://www.emprego.sp.gov.br/)

12 de Janeiro de 2000

[www.seade.gov.br/sert/dieese/peqs.html](http://www.seade.gov.br/sert/dieese/peqs.html)

13 e 14 de Janeiro de 2000

**ANEXO 1**  
Mapa da Ilha do Mel

Canal do Norte

Ponta do Hospital

Ponta do Bicho

Ponta Oeste

Fortaleza

Fortaleza

Prado do Cedro

Ponta do Cedro

RESERVA ECOLÓGICA ESTADUAL  
ILHA DO MEL

Saco do Limoeiro

Prado da Fortaleza

Prado do Limoeiro

Canal do Sul

Brasília



Farol das Conchas  
Ponta das Conchas

Prado do Farol

Mo. da Joaquim

Ponta do Joaquim

BAÍA DE PARANAGUÁ

Prado do Belo

Mo. do Meio

Prado Grande

Pontinha

Mo. da Miguel

Prado do Miquel

Pontal do Paraná

Forto

Pratinha

Mo. Bento Alves

Encantadas

Prado do Cano

Ponta da Nhá Pina

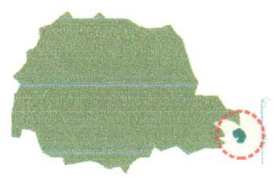
Ponta Caraguatá

Mo. das Desencantadas

Ponta da Galheta

Canal da Galheta

Ilha da Galheta



- Mata, floresta e restinga
- Área povoada

ESCALA APROXIMADA: 1:50.000